A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E O PAPEL DO BNDES NA SUSTENTABILIDADE E REVITALIZAÇÃO URBANA

CLEITON GONÇALVES SENNA

RESUMO

Este texto discute a importância do patrimônio cultural brasileiro como um ativo multifacetado, capaz de promover impactos econômicos e sociais significativos. Destaca-se o papel do BNDES na construção de uma política robusta de apoio ao patrimônio, que evoluiu de um patrocínio cultural para uma atuação focada em sustentabilidade financeira, planejamento estratégico e inovação em instrumentos financeiros, como fundos patrimoniais (endowments) e contratos de impacto social. Além disso, o texto aborda os desafios enfrentados pelo setor, incluindo a dependência do orçamento público e a falta de mecanismos financeiros para proprietários privados de bens tombados. A revitalização dos centros históricos surge como uma oportunidade central, com potencial para fomentar o turismo, o uso residencial e o desenvolvimento de novos negócios, especialmente por meio de parcerias público-privadas. Exemplos internacionais e nacionais, como a revitalização do Recife Antigo, evidenciam o impacto positivo dessas iniciativas. Finalmente, o texto aponta para a necessidade de atração de recursos privados e internacionais, aprimoramento da governança e adoção de modelos financeiros modernos para assegurar a preservação e dinamização do patrimônio cultural brasileiro a longo prazo.

Palavras-chave: Patrimônio. Cultural. História. Desafios. Brasileiro.

1. INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural brasileiro representa um conjunto valioso de bens materiais e imateriais que constituem a identidade histórica, social e cultural do país. Entretanto, a preservação e a valorização desse patrimônio enfrentam inúmeros desafios, como a escassez de recursos financeiros, a dependência do orçamento público e a limitada capacidade de planejamento a longo prazo das instituições responsáveis.

Adicionalmente, grande parte dos bens tombados pertence a proprietários privados, que frequentemente não têm acesso a linhas de financiamento adequadas para sua conservação, o que compromete a manutenção desses ativos culturais. Esses desafios revelam a necessidade urgente de modelos de gestão e financiamento inovadores, capazes de garantir a sustentabilidade do patrimônio cultural, promover sua revitalização e ampliar suas externalidades positivas, especialmente em termos econômicos e sociais.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo geral analisar a atuação do BNDES como agente catalisador na preservação e dinamização do patrimônio cultural brasileiro, destacando seus instrumentos financeiros e políticas públicas voltadas ao setor. Os objetivos específicos são: (i) examinar os desafios financeiros e institucionais que limitam a conservação do patrimônio; (ii) explorar os modelos inovadores de financiamento, como fundos patrimoniais (endowments) e contratos de impacto social; e (iii) avaliar as potencialidades da revitalização dos centros históricos para o desenvolvimento urbano, econômico e turístico.

A relevância desta análise está na necessidade de fortalecer a governança, diversificar as fontes de financiamento e articular parcerias público- privadas que garantam a preservação sustentável do patrimônio cultural. Ao promover o entendimento e a disseminação dessas práticas, o texto contribui para a formulação de políticas mais eficazes e para a valorização do patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento socioeconômico.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O patrimônio cultural brasileiro abrange bens de natureza material e imaterial que, individualmente ou em conjunto, representam referências à identidade, à memória e

à ação dos diversos grupos que formam a sociedade brasileira. Esses bens são testemunhos da história e da identidade do país, cuja preservação é amplamente valorizada e reconhecida como fonte de geração de riqueza no cenário global. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), alinhado às diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), considera o patrimônio cultural brasileiro um ativo valioso, com grande potencial econômico, cultural, educacional e turístico para as cidades, capaz de gerar benefícios em diferentes setores.

O Brasil possui um expressivo acervo de bens tombados, somando 1.250 patrimônios, entre os quais se destacam 85 centros urbanos protegidos, que abrigam centenas de edificações. Estima-se que existam mais de cinco mil imóveis preservados em todo o país. Desses, 21 sítios históricos receberam o reconhecimento da Unesco como Patrimônio Mundial, consolidando a relevância internacional do patrimônio brasileiro.

Os monumentos. O conceito de patrimônio que empregamos vem da França, com a criação, em 1837, da primeira Comissão dos Monumentos Históricos, que instituiu as três grandes categorias de monumentos históricos: os rema nescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos, com ênfase na arquitetura. Esse conceito prevaleceu até a década de 1960, quando foi constituída uma comissão que estabeleceu "critérios e uma tipologia para não deixar escapar nenhum testemunho historicamente significativo. (CHOAY, 1996, p. 13).

A valorização do patrimônio cultural impacta diretamente setores como turismo, comércio, serviços e infraestrutura local, além de fomentar o empreendedorismo criativo, como demonstram exemplos internacionais em cidades como Barcelona, Amsterdã, Londres e Lisboa. No Brasil, no entanto, a contribuição econômica do patrimônio cultural, assim como da cultura em geral, ainda é pouco conhecida ou subestimada.

Cultura é um processo de adaptação ao meio ambiente imaginado e controlado pelo Homem, mais célere e flexível do que a adaptação ge nética, e que também possui a vantagem de ser facilmente transmissível (CUCHE, 1999, p. 10). Até a primeira metade do século XX, o patrimônio cultural era "sinô nimo de obras monumentais, obras de arte consagradas, propriedades de grande luxo, associadas às classes dominantes, pertencentes à sociedade política ou civil", tais como palácios, residências dos nobres ou locais re levantes para a História Política (BARRETTO, 2000, p. 9-11).

Um exemplo significativo é o Museu de Congonhas, inaugurado em 2015 junto ao Adro dos Profetas de Aleijadinho, que atraiu mais de 150 mil visitantes em seu primeiro ano, gerando benefícios econômicos imediatos para o município. Esses impactos vêm sendo mensurados com o apoio do BNDES. Outro caso relevante é a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), cuja edição de 2018 foi objeto de estudo da Fundação Getúlio Vargas, a pedido do Ministério da Cultura. O evento recebeu investimentos de R$ 3,5 milhões e movimentou, direta e indiretamente, cerca de R$ 47 milhões.

No ranking global, entre quase 170 países, o Brasil ocupa a 13ª posição em número de patrimônios mundiais reconhecidos pela Unesco, sendo superado na América Latina apenas pelo México.

O título de Patrimônio Mundial concedido pela Unesco confere grande visibilidade às edificações reconhecidas, agregando valor ao turismo do país e gerando uma demanda espontânea de visitantes. Esse reconhecimento evidencia o potencial do patrimônio como fator de dinamização econômica. Contudo, também impõe a responsabilidade de preservar esses bens, uma exigência acompanhada de perto pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, sob o risco de perda da titulação em caso de descumprimento.

A necessidade de investimentos consistentes na preservação do patrimônio cultural é inquestionável. Exemplos emblemáticos, como os incêndios que destruíram o Museu Nacional, no Rio de Janeiro (RJ), e o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo (SP), ganharam repercussão internacional e expuseram a fragilidade das políticas de conservação do patrimônio no Brasil, evidenciando

a urgência de estruturar um apoio mais robusto ao setor.

Grande parte desses patrimônios pertence a órgãos públicos — União, estados, municípios e suas respectivas instituições —, mas a maioria dos imóveis tombados é de propriedade privada. Essa realidade impõe desafios significativos à preservação, já que não existem linhas de financiamento específicas para proprietários privados. No caso dos bens públicos, o obstáculo principal é garantir sua manutenção e conservação com recursos orçamentários limitados e frequentemente contingenciados.

Além disso, são raros os exemplos de iniciativas voltadas à geração de receitas próprias ou à captação de recursos de fontes privadas. Isso se deve, em grande parte, a barreiras legais, como a dificuldade de garantir que as receitas captadas sejam destinadas diretamente às instituições responsáveis pelos patrimônios, uma vez que, em geral, esses valores acabam recolhidos ao caixa único do Tesouro.

Desde 1997, o BNDES estabeleceu o patrimônio cultural brasileiro como uma de suas principais prioridades no campo da cultura, direcionando a esse segmento a maior parte de seus recursos vinculados à dedução fiscal pela Lei Rouanet. Em 2006, o Banco ampliou sua atuação: além de patrocinador, passou a incorporar o apoio ao patrimônio cultural em sua missão institucional como banco de desenvolvimento, integrando esse objetivo à sua área operacional.

Com essa mudança, o BNDES passou a avaliar projetos de preservação com critérios de desenvolvimento, priorizando aqueles com maior potencial de gerar externalidades positivas e impacto econômico. Além disso, buscou incentivar nos projetos uma visão de planejamento, gestão eficiente e sustentabilidade financeira de longo prazo.

A atuação do BNDES em favor do patrimônio cultural tem sido contínua e relevante, consolidando-o como o maior apoiador do setor no Brasil. Esse reconhecimento foi oficializado com a concessão do Prêmio Rodrigo de Melo Franco, recebido pelo Banco durante as comemorações dos 80 anos do Iphan.

Ao longo de mais de duas décadas de atuação ininterrupta, o BNDES desenvolveu uma carteira ampla e diversificada de projetos voltados à preservação e revitalização do patrimônio cultural brasileiro — incluindo bens históricos e artísticos, acervos memoriais e patrimônio imaterial. Nesse período, foram realizadas 240 operações de apoio a cerca de 185 monumentos em todo o país, contemplando museus, bibliotecas, arquivos, sítios arqueológicos, igrejas e outros bens culturais.

No total, foram aplicados mais de R$ 600 milhões, em sua maioria por meio dos incentivos fiscais previstos na Lei Rouanet. O reconhecimento do BNDES como uma das principais instituições apoiadoras do patrimônio cultural no Brasil se deve não apenas à regularidade de suas ações e ao volume de recursos investidos, mas também à sua atuação como protagonista na formulação e coordenação de políticas públicas para o setor. O Banco é frequentemente solicitado pelo Iphan e outras entidades para colaborar nesse processo. Entre os exemplos mais recentes de sua relevância, destacam-se a contribuição para a criação da legislação de fundos patrimoniais (endowments) e a rápida resposta ao incêndio do Museu Nacional, em setembro de 2018, quando o BNDES estruturou e lançou, em apenas vinte dias, uma chamada pública de R$ 25 milhões para projetos de segurança em instituições culturais responsáveis pela guarda de acervos memoriais.

Para avançar em sua missão de preservar e impulsionar o patrimônio histórico brasileiro, o BNDES definiu três eixos estratégicos para os próximos anos. Esses eixos visam ampliar as externalidades positivas do setor e reduzir sua dependência do orçamento público, por meio de novos modelos de sustentabilidade financeira e atração de investimentos privados. As frentes de atuação são:

- Mobilização de recursos privados, especialmente por meio de novos instrumentos financeiros como os endowments;
- Dinamização de centros urbanos históricos em parceria com o setor privado;
- Capacitação de atores envolvidos na gestão do patrimônio cultural.

O setor de patrimônio cultural no Brasil ainda enfrenta uma realidade marcada por forte dependência financeira e rigidez ins-

titucional, além de uma visão predominantemente de curto prazo. Atualmente, as instituições dependem majoritariamente de recursos públicos — sujeitos a contingenciamentos e restrições fiscais — ou de patrocínios culturais, que, por sua natureza, têm horizonte limitado ao exercício fiscal e variam conforme o desempenho econômico dos patrocinadores.

Essa situação gera três grandes limitações:

- Risco constante de descontinuidade das atividades rotineiras e interrupção dos projetos;
- Desgaste das equipes, que concentram seus esforços na captação de recursos e ajustes orçamentários;
- Impossibilidade de planejamento de longo prazo, resultando em desperdícios, baixa eficiência de gestão e comprometimento da missão institucional.

Com isso, as instituições culturais deixam de alcançar seu pleno potencial
de impacto econômico e de geração de externalidades positivas para a sociedade. Diante desse cenário, torna-se urgente adotar novos modelos de financiamento e atrair recursos privados como fonte complementar, seguindo exemplos internacionais.

Para tanto, é essencial fortalecer a governança, aumentar a transparência das instituições, investir em campanhas de arrecadação e aproximar a sociedade do patrimônio cultural, utilizando as tecnologias disponíveis para ampliar esse alcance.

Nesse contexto, o desenvolvimento de instrumentos financeiros mais sofisticados — como crowdfunding, fundos de investimento, contratos de impacto social e, especialmente, fundos patrimoniais (endowments) — é fundamental. O BNDES vem atuando de forma destacada nessa agenda desde 2013, inicialmente apoiando projetos de preservação cultural e, posteriormente, contribuindo para a estruturação de fundos patrimoniais de longo prazo.

O Banco promoveu importantes eventos, como o I Fórum Internacional de Endowments Culturais em 2016 e o II Fórum em 2018, que fomentaram o debate sobre o tema no Brasil. Globalmente, os endowments representam cerca de US$ 1,5 trilhão em ativos, sendo fontes relevantes de financiamento para projetos de infraestrutura, inovação e impacto social.

Em resposta ao incêndio do Museu Nacional, o BNDES participou ativamente da elaboração da Medida Provisória 851, de setembro de 2018, que deu origem ao marco legal dos fundos patrimoniais no Brasil. Essa legislação permite a criação de fundos privados e públicos voltados a projetos de interesse público, ampliando o escopo inicial, que era restrito ao ensino superior, para incluir também o patrimônio cultural.

O BNDES tem papel estratégico como indutor e facilitador na estruturação de novos fundos de endowment, contribuindo não só para a sustentabilidade financeira das instituições culturais, mas também para a melhoria da gestão e da governança do setor. Além disso, ainda há espaço para explorar outros instrumentos financeiros inovadores, como soluções no campo das finanças sociais e fintechs, com grande potencial de fomentar o desenvolvimento do patrimônio cultural brasileiro.

Além dos esforços nacionais, a preservação do patrimônio cultural brasileiro se beneficia da oportunidade de atrair recursos internacionais, uma vez que esse patrimônio é reconhecido como um ativo da humanidade. Diversos organismos e instituições internacionais, dedicados à proteção do patrimônio mundial, possuem iniciativas e recursos que podem ser direcionados a projetos no Brasil. Estabelecer parcerias com stakeholders estrangeiros é essencial para incentivar a inovação em modelos de financiamento e ampliar as fontes de recursos para o setor.

Entre os instrumentos promissores destacam-se os contratos de impacto social (social impact bonds), que alinham os interesses de governos, investidores privados e instituições culturais voltadas a serviços socioculturais, educacionais ou de utilidade pública. Embora o ecossistema de investimentos de impacto e finanças sociais esteja em expansão, ainda são poucos os casos aplicados à cultura. Um exemplo relevante é o Culture and Social Impact Fund, promovido pela Greater Manchester Combined Authority (GMCA), no Reino Unido.

Diante desse cenário, a criação de novos modelos de financiamento representa uma

oportunidade estratégica para o BNDES. Nesse campo, há potencial para desenvolver instrumentos como os contratos de impacto social e para estabelecer parcerias com organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid).

3. CONCLUSÃO

A preservação do patrimônio cultural brasileiro representa uma agenda estratégica de grande relevância para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. O reconhecimento internacional, como o título de Patrimônio Mundial da Unesco, confere visibilidade global a esses bens, atraindo fluxo turístico e valorizando a identidade nacional. Contudo, essa visibilidade impõe também responsabilidades, demandando investimentos contínuos e soluções eficazes para garantir a conservação e a sustentabilidade desses ativos culturais.

Historicamente, o setor enfrenta entraves estruturais, como a forte dependência do orçamento público — sujeito a contingenciamentos fiscais e restrições financeiras — e de modelos tradicionais de patrocínio cultural, que oferecem apoio limitado e de curto prazo. Essa realidade impede uma visão estratégica de longo prazo, dificulta a manutenção das atividades rotineiras das instituições e compromete o aproveitamento pleno das externalidades econômicas e sociais que o patrimônio cultural pode gerar.

Nesse contexto, o BNDES se destaca como um ator fundamental. Desde 1997, a instituição vem ampliando sua atuação em prol do patrimônio cultural, indo além do papel de patrocinador para se posicionar como agente indutor de políticas públicas e de novos modelos de financiamento. Sua experiência na análise de projetos com foco em externalidades e impacto econômico, bem como seu apoio à sustentabilidade financeira das instituições culturais, consolidaram o Banco como o principal apoiador do setor no Brasil.

Entre as ações de maior relevância, destaca-se a promoção dos fundos patrimoniais (endowments), que surgem como instrumentos essenciais para garantir fontes estáveis e permanentes de financiamento, em consonância com as melhores práticas internacionais. A atuação do BNDES na estruturação da legislação para fundos de endowment, culminando na Medida Provisória 851 de 2018, representa um marco legal importante para viabilizar parcerias público- privadas e estimular a participação da sociedade civil na preservação do patrimônio.

Além dos endowments, outras ferramentas financeiras inovadoras — como os contratos de impacto social, crowdfunding, fundos de investimento voltados à cultura e parcerias com organismos internacionais (BID, Usaid) — são apontadas como caminhos promissores para diversificar as fontes de recursos e reduzir a vulnerabilidade financeira das instituições culturais. Essas alternativas ampliam as possibilidades de captação de investimentos privados e viabilizam projetos de grande impacto social e econômico.

Outro eixo estratégico é a revitalização dos centros urbanos históricos, integrando turismo, uso residencial e desenvolvimento de novos negócios. As experiências internacionais (Barcelona, Lisboa, Amsterdã) e nacionais (Recife Antigo) evidenciam o potencial da requalificação dessas áreas para impulsionar a economia local, gerar empregos, atrair investimentos e melhorar a qualidade de vida da população.

A recuperação de imóveis históricos, quando associada a uma visão integrada de planejamento urbano, contribui para transformar espaços degradados em ambientes dinâmicos e multifuncionais, promovendo sinergias entre cultura, inovação e desenvolvimento social.

Nesse processo, é fundamental reconhecer que os imóveis históricos possuem valor coletivo, ultrapassando o interesse exclusivo de seus proprietários. As fachadas, por exemplo, integram a paisagem urbana e compõem a identidade visual das cidades, configurando um ativo de interesse público. Por isso, torna-se necessário estruturar linhas de financiamento de longo prazo, com condições financeiras adequadas e instru-

mentos de subvenção que reflitam as externalidades positivas geradas para a sociedade.

O papel do BNDES, nesse cenário, é estratégico. O Banco pode atuar como indutor da captação de recursos privados, articulador de parcerias e disseminador de boas práticas de governança, eficiência e transparência. Sua capacidade de mobilizar agentes públicos e privados é fundamental para fomentar uma nova dinâmica no setor, baseada em modelos de financiamento inovadores e em uma visão de desenvolvimento sustentável.

Por fim, a preservação e dinamização do patrimônio cultural devem ser encaradas como investimentos de longo prazo, capazes de gerar valor econômico, promover a inclusão social, fortalecer a identidade cultural e posicionar o Brasil no cenário internacional como um país que valoriza e protege sua memória histórica. Com uma abordagem integrada, envolvendo governo, setor privado, sociedade civil e organismos internacionais, é possível transformar o patrimônio cultural em um vetor de desenvolvimento e inovação para o futuro do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.

COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena D'Ayala. Patrimônio cultural edificado. Goiânia: Ed. UCG, 2001.

CURY, Isabelle. Cartas patrimoniais. 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 1996.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Os rituais do tombamento e a escrita da história. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

LEMOS, Carlos. O que é patrimônio histórico. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Fernando Fernandes da. As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade. São Paulo: Petrópolis/Ed. da USP, 2003.

UNESCO. World Heritage Program. Disponível em: . Acesso em: jun. 2025.